

Uma análise comparativa entre a abordagem da Folha de S. Paulo e da Agência Diadorim ao noticiar a sanção da lei que proíbe o uso de linguagem neutra em administrações públicas brasileiras¹

Lucas BEZERRA²

Ricardo FEITOSA³

Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, PE

RESUMO

Este resumo apresenta uma análise comparativa da cobertura jornalística acerca da proibição do uso da linguagem neutra na administração pública de todo o país, após a sanção da lei nº 15.263/25, em novembro de 2025. O trabalho contrasta as abordagens da Folha de S. Paulo e da Agência Diadorim, com o intuito de identificar se existem diferenças ao noticiar acontecimentos relacionados à população LGBT brasileira. Os resultados indicam que há diferenças na cobertura entre os dois veículos, em razão de fatores editoriais e discursivos distintos.

Palavra-chave: Linguagem neutra, Folha de S. Paulo, Agência Diadorim, análise comparativa, Identidade

Introdução

A produção jornalística constitui uma prática social fundamental na mediação da realidade, onde as escolhas editoriais atuam na construção de significados públicos (Moraes, 2022). No cenário contemporâneo, marcado pela fragmentação das audiências e pelo surgimento de veículos especializados, a cobertura de temas relacionados a direitos de minorias, como a população LGBTQIA+, pode evidenciar divergência de perspectiva. É nesse contexto que este trabalho se insere, com a justificativa de analisar comparativamente como dois perfis midiáticos noticiaram um mesmo evento: a sanção da lei que proíbe o uso da linguagem neutra em toda a administração pública brasileira.

Para análise, o estudo delimita seu objeto a um recorte, concentrando-se nas abordagens adotadas por dois veículos representativos de pólos opostos do espectro jornalístico atual: a Folha de S. Paulo, jornal tradicional de maciça circulação, e a Agência Diadorim, veículo digital independente e especializado. As duas matérias selecionadas para

¹ Trabalho apresentado no Espaço Graduação, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Estudante de Graduação 11º semestre do Curso de Comunicação Social da UFPE - Centro Acadêmico do Agreste, email: lucas.abezerra@ufpe.br

³ Orientador e professor do Núcleo de Design e Comunicação da UFPE-Centro Acadêmico do Agreste, email: ricardo.saboia@ufpe.br

esta análise foram publicadas nos portais desses veículos no mesmo dia, 18 de novembro de 2025⁴. Partindo da premissa de que o posicionamento editorial influencia a construção do fato, o problema de pesquisa que norteia esta investigação busca responder: de que maneira a Folha de S. Paulo e a Agência Diadorim construíram narrativamente a notícia sobre essa proibição, e que diferenças significativas podem ser identificadas em seus enquadramentos, seleção de fontes, vocabulário e tom?

Para enfrentar essa questão, a pesquisa fundamenta-se na Análise Dialógica do Discurso (Bakhtin, 2006), com ênfase nos conceitos de dialogismo, polifonia e gêneros do discurso. Os procedimentos analíticos seguiram quatro etapas: (a) leitura integral dos dois textos; (b) identificação de passagens pertinentes às três categorias analíticas; (c) cotejamento sistemático das posições discursivas; (d) interpretação dialógica, observando como cada texto responde ou se diferencia do outro. As categorias utilizadas foram: escopo temático (aspectos cobertos ou omitidos), polifonia enunciativa (seleção e hierarquia de fontes) e registro e modalização (vocabulário, adjetivações e tom discursivo).

Pessoas não binárias e a linguagem neutra

Pessoas não binárias são aquelas que não se identificam nem com o gênero masculino, nem com o gênero feminino, independentemente do sexo que nasceu (Preciado, 2017). Considera-se que masculino e feminino seriam duas normatividades naturais, mas Judith Butler propõe uma abordagem mais complexa ao afirmar que, sendo a "identidade" assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de "pessoa" se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é "incoerente" ou "descontínuo", os quais não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (Butler, 2013, p. 38). De modo que a demanda por uma maneira apropriada desses sujeitos se autodeclararem e de serem tratados urge. A discussão, então, deve partir da função social da linguagem como um sistema vivo, em constante transformação, que reflete e, ao mesmo tempo, modela a realidade (Kilomba, 2019). Deve-se, brevemente, explicar as principais estratégias propostas para a

⁴ As duas matérias são: "Lula sanciona lei que proíbe uso de linguagem neutra na gestão pública", (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/11/lula-sanciona-lei-que-proibe-uso-de-linguagem-neutra-na-gestao-publica.shtml>), e "Proibição de linguagem neutra une governo e partidos que lideram PLs anti-LGBT", (<https://adiadorim.org/noticias/2025/11/proibicao-de-linguagem-neutra-une-governo-e-partidos-que-lideram-pls-anti-lgbt/>).

neutralização da linguagem: uso de vogais temáticas alternativas - substituição do "o" (masculino) e "a" (feminino) por "e", "u" em contextos onde é necessário falar palavras com gênero ou as escrever; circunlóquios e substantivos coletivos: uso de expressões que já são neutras, como "pessoas" em vez de "homens e mulheres"; desinências zero ou outras marcas de gênero: emprego de artigos e formas que evitem a marcação de gênero, onde possível.

Lei sancionada

Publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 2025, a Lei 15.263/2025⁵ faz parte da Política Nacional de Linguagem Simples, proposta pela deputada Érika Kokay (PT-DF) em 2019 e aprovada no Congresso em março de 2025. O texto diz, entre outras coisas, no artigo 11: "não usar novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas, ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa" (Brasil, 2025). Isso significa que a lei determina a proibição do uso de linguagem neutra em documentos oficiais, editais, comunicações e materiais didáticos da administração pública direta e indireta em todas as esferas - federal, estadual e municipal.

Cobertura da Folha vs Cobertura da Diadorim

Para dissecar as escolhas narrativas presentes nos textos publicados sobre a mesma sanção presidencial pela Folha de S. Paulo e pela Agência Diadorim e compará-las, esta seção aplica a lente do enquadramento adotado por ambos os jornais e analisa como cada veículo, a partir de seu projeto editorial, escreve sobre uma mesma realidade em torno do mesmo fato jurídico.

Análise da cobertura da Folha de S. Paulo: a Folha estrutura sua matéria com o clássico enquadramento do fato político-institucional. O título e o *lead* são paradigmáticos e destacam que Lula, Presidente do Brasil em 2025, sanciona a Política Nacional de Linguagem Simples, que, por sua vez, proíbe a linguagem neutra na administração pública. A primazia é dada à lei, apresentando a proibição como um item dentro de uma medida administrativa. A narrativa segue a ordem: 1) o ato da sanção; 2) o conteúdo da lei, com

⁵

Link da lei: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2025/lei-15263-14-novembro-2025-798293-publicacaooriginal-177011-pl.html>

destaque para a proibição; 3) os outros objetivos da lei: simplificar a língua, redução de custos.

Seleção e hierarquia de fontes da Folha: as fontes são majoritariamente impessoais e documentais. A fonte primária é o texto da lei, citado diretamente. Não há voz de especialistas, ativistas e parlamentares no corpo do texto. As menções a atores políticos (Lula, Padilha⁶) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), são todas no contexto de exemplificar o debate.

Vocabulário e tom da Folha: o tom é de objetividade e imparcialidade. A linguagem neutra é referida como "expressões de gênero neutro" ou "novas formas de flexão", termos técnicos e menos carregados de subjetividade. O uso de "é alvo de debates" estabelece uma simetria aparente entre os lados, "uma ala da esquerda" vs "a oposição ao governo", mas essa simetria é abstrata, pois nenhum dos lados é ouvido na matéria. A escolha lexical denota a descrição do ato de governo.

Análise da cobertura da Agência Diadorim: a Diadorim adota, desde o título, um enquadramento de conflito político-ideológico e de retrocesso em direitos. A menção à Política de Linguagem Simples não está relacionada a seu fator econômico; o foco é exclusivo na proibição. O texto já inicia com a abrangência nacional da vedação. Porém, a matéria desloca-se do fato para uma tendência política ampla: a proibição não é um ato isolado, mas o ápice de uma ofensiva legislativa nacional (Serrano, 2020). A estrutura é: 1) o fato; 2) seu contexto histórico; 3) a prova contextual; 4) a análise das implicações políticas.

Seleção e hierarquia de fontes da Diadorim: a fonte primária inicial é também a lei, mas rapidamente cede espaço a fontes que a contextualizam. Um dado próprio, do Observatório, plataforma da Agência Diadorim, é utilizado. Em seguida, a matéria resgata fontes especializadas de uma reportagem anterior: uma linguista e um jurista. Essas fontes não são neutras, elas oferecem a chave de leitura crítica que o veículo acredita.

Vocabulário e tom da Diadorim: o tom é analítico e crítico. O vocabulário é preocupado com as pessoas afetadas, pois fala-se em "projetos de lei anti-LGBTQIA+", "propostas restritivas", "ofensiva legislativa". A conclusão do texto é: a lei "aproxima o Executivo das posições defendidas por partidos de centro-direita e direita". Termos como "principal eixo" e "consolidou" mostram uma narrativa de padronização e avanço de uma

⁶ O já citado Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil em 2025 e Alexandre Padilha, Ministro da Saúde do Brasil em 2025.

agenda conservadora. O texto não busca equilibrar lados, ser imparcial, objetivo, ou apenas reportar o fato; busca comprovar a tese de que essa sanção é parte de um movimento maior.

Conclusão

A análise demonstra que a diferença no noticiar existe e não está apenas na ênfase dada ou na hierarquização das informações no texto, mas é também de natureza epistemológica. A Folha opera dentro da objetividade institucional onde a verdade reside nos atos formais e na descrição do fato. Já a Diadorim opera dentro do jornalismo como ativismo e de interpretação crítica, onde a verdade noticiável reside na descrição do fato e no impacto social sob a população afetada. Para a Folha, a proibição é um item de uma política. Para a Diadorim, a política é o contexto que dá sentido à proibição. Portanto, não se trata de uma ser "neutra" e a outra "parcial"; ambas são parciais em seus pontos de partida. A Folha parte do fato como centro; a Diadorim, de como o fato afeta.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. Gragoatá – Publicação do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 20, p. 47-62, 1º sem. 2006.
- BRASIL. Lei nº 15.263, de 14 de novembro de 2025. Política Nacional de Linguagem Simples. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2025. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2025/lei-15263-14-novembro-2025-798293-publicacaooriginal-177011-pl.html>. Acesso em: 07 de março de 2026.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MORAES, Fabiana. A Pauta É Uma Arma de Combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. 1. ed. Porto Alegre, RS: Arquipélago, 2022.
- PRECIADO, P. B. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- SERRANO, Rodrigo Fagundes Luz. Evangélicos no Congresso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados durante a 55ª Legislatura (2015-2019), UFPB, dissertação de mestrado em ciência política, 2020.